

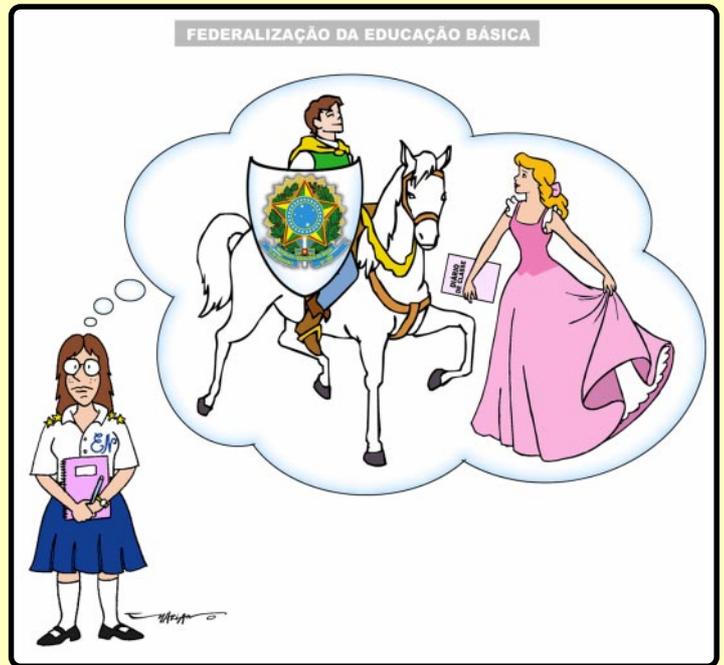
Comissão da Câmara aprova lei para importação de material destinado à pesquisa científica

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), da Câmara dos Deputados, aprovou nesta quarta-feira (26) o Projeto de Lei 4.411/12 do deputado Romário (PSB-RJ). O PL prevê a eliminação da burocracia de importação de mercadorias destinadas à pesquisa científica e tecnológica através da criação, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de um cadastro nacional de pesquisadores que teriam liberação imediata das mercadorias a eles destinadas.

De acordo com a relatora do projeto, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), a aprovação é mais um passo positivo na luta pelo avanço da ciência, tecnologia e inovação no potencial de cura e melhoria na qualidade de vida para diversos pacientes. "Sem sombra de dúvidas representará um marco nos avanços das pesquisas científicas e tecnológicas", observou.

Para a relatora, o projeto vem aprimorar o complexo arcabouço jurídico e normativo referente às pesquisas científicas e tecnológicas do Brasil, já que o país enfrenta hoje um gargalo nas exportações de insumos para pesquisa. "Queremos promover soluções para que de fato possamos incluir o Brasil no circuito das grandes pesquisas científicas e, conseqüentemente, manter efetivo o lema do governo federal 'Ciência sem fronteira'", acrescentou Gabrilli.

De acordo com o autor do PL, o deputado Romário (PSB/RJ), o projeto vai ajudar os pesquisadores brasileiros a obterem melhores resultados em seus trabalhos. "Muitos cientistas já perderam material na alfândega e, com isso, resolveram mudar os rumos de suas pesquisas, em virtude das dificuldades para importar os reagentes e outros insumos", explicou. (Página 8)



Entrevista

Físico canadense Gordon McBean, presidente do Conselho Internacional de Ciência (ICSU), fala sobre mudanças climáticas. (Página 3)

Poucas & Boas

Troca de ministros, Antártida, educação e pesquisa básica. Confira o que foi dito sobre esses e outros assuntos. (Página 3)

Breves

Asteróide com anéis - Pesquisadores brasileiros do Observatório Nacional descobriram o primeiro objeto "não planeta" com anéis até agora no sistema solar. (Página 11)

Livros e Revistas

A Ditadura que o Inglês Viu - Livro reúne documentos sigilosos guardados no arquivo oficial do Reino Unido que revelam a visão britânica sobre a ditadura brasileira. (Página 11)

Agenda Científica

XXIV Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras - Realizado pela Anprotec, o evento será em Belém, de 22 a 26 de setembro. (Página 11)

Carta da SBPC e ABC à CCJ

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências encaminharam no dia 27 de março uma carta para aos senadores membros da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça. O objetivo do documento é solicitar que seja realizada uma audiência pública para debater o PLS 147/2004 que estabelece o processo de eleições diretas para reitor, vice-reitor e diretores das instituições públicas da educação superior. O documento foi assinado pela presidente da SBPC, Helena Nader, e pelo presidente da ABC, Jacob Palis. (Página 2)

Plataforma Sucupira

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) lança uma nova ferramenta para coletar informações, realizar análises e dar mais transparência às avaliações do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG): a Plataforma Sucupira. A moderna tecnologia disponibilizará, em tempo real (online), as informações, processos e procedimentos que a Capes realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. A cerimônia de lançamento ocorreu no dia 27 de março, no auditório do Espaço Anísio Teixeira, no edifício-sede da Capes, em Brasília. (Página 5)

Aconselhamento genético

O Ministério da Saúde informou no dia 17 de março que vai ampliar o modelo de aconselhamento genético feito no Sistema Único de Saúde (SUS) para permitir que o procedimento seja também realizado por outros profissionais da saúde, desde que já haja um diagnóstico prévio da doença e que o profissional tenha habilitação de seu Conselho para isso. Atualmente apenas os biólogos e os médicos geneticistas realizam o procedimento.

Diante disso, uma comissão, coordenada pelo obstetra Thomaz Gollop, professor de genética médica da USP, vai sugerir mudanças no currículo das escolas de medicina, que não mudam há décadas. (Página 10)

Federalização da educação básica

Tornar a educação básica uma responsabilidade do governo federal. Esta é a proposta do senador Cristovam Buarque, que apresentou um projeto para convocar plebiscito a respeito do assunto. As opiniões estão divididas entre os especialistas. (Página 4)

Fórum Consecti

Na abertura do Fórum do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I, em Cuiabá, o presidente do Consecti, Jadir José Pêla, apresentou uma agenda de prioridades para este ano ao novo ministro, Clelio Campolina, que esteve presente ao evento. (Página 6)

Pesquisa clínica

Burocracia trava pesquisa clínica no Brasil. Tempo médio de aprovação da pesquisa brasileira é, no mínimo, o dobro do tempo mundial.

"Nós estamos perdendo bons estudos", alerta Antônio Britto Filho, presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa. (Página 10)

SBPC e ABC pedem mais debates sobre a PLS 147

Projeto de lei estabelece o processo de eleições diretas nas instituições públicas de educação superior

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) encaminharam no dia 27 de março uma carta aos senadores membros da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ). O objetivo do documento é solicitar que seja realizada uma audiência pública para debater o PLS 147/2004 que estabelece o processo de eleições diretas para reitor, vice-reitor e diretores das instituições públicas de educação superior. O documento foi assinado pela presidente da SBPC, Helena Nader, e pelo presidente da ABC, Jacob Palis.

De acordo com o documento

“a escolha dos dirigentes das universidades deve ser baseada na competência individual e no comprometimento com a qualidade das atividades científicas e do ensino superior. Nem sempre o processo de eleição direta garantirá a escolha acertada para que nossas universidades se qualifiquem junto às melhores do mundo, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. É importante lembrar que nenhuma universidade de classe mundial optou pelo processo de eleição direta para escolha de seus gestores. Na verdade a grande maioria escolhe seus reitores por comitê de busca.”

Fora do Brasil, o sistema de

eleições diretas para reitor não é muito praticado. Pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), que ouviu 27 grandes instituições em todo o mundo, apontou que nenhuma delas adota a eleição direta para reitor. Segundo o estudo, a maioria escolhe seus dirigentes em processo semelhante ao adotado pela USP. Algumas, notadamente nos Estados Unidos, chegam a indicar o reitor após uma busca entre executivos mais capazes, incluindo-se apresentação de currículo e outros meios praticados por empresas e fundações no recrutamento de seus dirigentes.



Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Aos Excelentíssimos Senhores

Senadores membros da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ)

Senhores Senadores,

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) solicitam que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de votar o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) ao PLS 147/2004, realize uma audiência pública para debater tal proposição. O PLS 147/2004 altera o Art. 56 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo o processo de eleições diretas para Reitor, Vice-Reitor e Diretores das instituições públicas de educação superior.

Na Câmara dos Deputados, o projeto tramitou como PL 4646/2004, e em 01/06/2011 foi aprovado um Substitutivo retornando ao Senado em 29/08/2011. No Senado Federal, o substitutivo SCD 147/2004 foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE) e, no momento, está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Nessa Comissão, o senador José Pimentel foi designado relator e seu parecer é pela aprovação do Substitutivo.

Este projeto traz um tema polêmico e se baseia no mito de que instituir um processo de eleição direta nas universidades é promover um processo democrático. A democracia pode ser exercida por meio da consulta aos segmentos, dando voz a grupos, ouvindo minorias, sem que haja eleição direta. Numa eleição direta na Universidade, há o risco de se privilegiar as promessas corporativas e partidárias ao invés das acadêmicas e como resultado estabelecer uma divisão interna em ideologias político-partidárias.

A escolha dos dirigentes das universidades deve ser baseada na competência individual e no comprometimento com a qualidade das atividades científicas e do ensino superior. Nem sempre o processo de eleição direta garantirá a escolha acertada para que nossas universidades se qualifiquem junto às melhores do mundo, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. É importante lembrar que nenhuma universidade de classe mundial optou pelo processo de eleição direta para escolha de seus gestores. Na verdade a grande maioria escolhe seus reitores por comitê de busca.

A SBPC e a ABC entendem que esta matéria é de suma importância para a consolidação da ciência brasileira, e que ainda não foi discutida o suficiente para que seja apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), última comissão a analisar o projeto antes de voltar ao Plenário do Senado.

Assim, senhores senadores, reforçamos a necessidade de promover debate público antes da votação do SCD 147/2004 para que as diferentes posições e argumentos possam emergir e deste modo contribuir para a tomada de decisão mais adequada para a gestão de nossas universidades. Acreditamos que ao ser adiada a apreciação do projeto será muito oportuna a realização de audiência pública na CCJ.

Esperando contar com a compreensão e concordância dos senhores, nos colocamos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

HELENA B. NADER, Presidente da SBPC

JACOB PALIS, Presidente da ABC



ACADEMIA
BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS

JORNAL da CIÊNCIA

Publicação quinzenal da SBPC
— Sociedade Brasileira para o
Progresso da Ciência

Conselho Editorial: Alberto P. Guimarães Filho, Jaime Martins Santana, Lisbeth Kaiserlian Cordani, Maria Lucia Maciel e Marilene Correa da Silva Freitas

Editora: Fábíola de Oliveira

Editora assistente: Edna Ferreira

Redação e reportagem: Camila Cotta, Edna Ferreira, Vivian Costa e Viviane Monteiro.

Colaborou com esta edição: Beatriz Bulhões

Revisão: Mirian S. Cavalcanti

Diagramação: Sergio Santos

Ilustração: Mariano

Redação: Av. Venceslau Brás, 71, fundos, casa 27, Botafogo, CEP 22290-140, Rio de Janeiro, RJ. Fone: (21) 2295-5284. E-mail: <sciencia@jornaldaciencia.org.br>

ISSN 1414-655X

APOIO DO CNPq

Secretaria de Sócios

Conheça os benefícios em se tornar sócio da SBPC no site <www.sbpnet.org.br> ou entre em contato pelo e-mail <socios@sbpnet.org.br>.

Valores das anuidades 2013:

- R\$ 60: Graduandos, Pós-Graduandos, Professores de ensino médio e fundamental, sócios de Sociedades Associadas à SBPC.
- R\$ 110: Professores do ensino superior e profissionais diversos.

ASSINE NOSSAS PUBLICAÇÕES

JCE-Mail

Assine e receba diariamente. Cadastre-se gratuitamente em <www.jornaldaciencia.org.br/cadastro.jsp>.

ComCiência

Revista eletrônica de jornalismo científico da SBPC-LabJor. Site: <www.comciencia.br>.

Ciência e Cultura

Distribuição gratuita para sócios quites. Mais informações sobre venda e assinatura, entre em contato: <socios@sbpnet.org.br> ou (11) 3355.2130.

ASSINE TAMBÉM

Ciência Hoje

11 números: R\$ 105,00. Desconto para sócios quites da SBPC: R\$55,00. Fone: 0800-727-8999.

Ciência Hoje das Crianças

11 números: R\$ 79,00. Desconto para associados quites da SBPC: R\$ 35,00. Fone: 0800-727-8999.

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

R. Maria Antonia, 294 - 4º andar
CEP: 01222-010 - São Paulo/SP
Tel.: (11)3355-2130

Reunião Regional da SBPC no Vale do Paraíba gera expectativa local

Evento acontecerá no Parque Tecnológico SJC nos dias 5 e 6 de junho

Vivian Costa

É grande a expectativa pela realização da próxima Reunião Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que acontecerá nas dependências do Parque Tecnológico São José dos Campos (PqTec-SJC), nos dias 5 e 6 de junho de 2014. Tanto a SBPC quanto seus parceiros esperam atrair jovens e ampliar a discussão em torno do tema "Tecnologias para um Brasil Competitivo".

Segundo a presidente da SBPC, Helena Nader, a cidade foi escolhida pela entidade devido ao ambiente acadêmico e empresarial do município e região, voltado para tecnologias de ponta. "Eu espero que esta reunião repercuta bastante entre os jovens e que eles se sintam atraídos e se filiem à SBPC, porque precisamos dos jovens nas sociedades. Infelizmente eles estão cada vez mais escassos", afirma. De acordo com Helena, os jovens participam de eventos como os da reunião enquanto estudantes, mas abandonam quando se formam. "Temos que mudar isso, mas acredito que os de SJC vão participar porque os temas são muito relevantes. Queremos que se entusiasmem com a SBPC e passem a frequentar. As reuniões têm de motivar. Vai ser um desafio", disse.

Para Carlos Américo Pacheco, reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a realização do evento no Vale do Paraíba é uma ótima oportunidade para troca de experiências. "As reuniões da SBPC sempre mobilizam boas discussões sobre CT&I e para SJC é importante porque é uma cidade rica em desenvolvimento. Temos esse polo iniciado no começo dos anos 1950, com a criação de instituições como ITA, Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), e que continua se expandindo agora com o Parque Tecnológico e outras universidades. São José dos Campos é um caso típico de uma cidade onde existe a cooperação entre indústria e universidades, o que pode ser um bom exemplo para todo o Brasil", afirma. E finaliza, "claro que temos que renovar, mas também podemos oferecer muitos ensinamentos no evento que podem ser tirados desse ambiente de inovação".

O prefeito da cidade, Carlinhos de Almeida, também está feliz com a realização do evento, por acreditar que a reu-

Charles de Moura/PMSJC



Helena Nader apresentou o cartaz oficial da reunião regional

nião, além de gerar conhecimento, irá ampliar a visibilidade de SJC, por causa da importância da SBPC. "A SBPC é uma referência no Brasil para todo o debate no desenvolvimento de ciência, tecnologia e conhecimento. Portanto, para nós que somos um polo tecnológico, esta reunião trará uma conscientização cada vez maior para a sociedade sobre a importância de investimento em pesquisa e desenvolvimento", disse.

Almeida também concorda que a reunião na região pode ampliar o leque de setores na cidade de SJC. "A cidade já está começando a atrair empresas e universidades de outros segmentos, além do setor aeroespacial, como, por exemplo, o curso de engenharia ambiental da Universidade Estadual Paulista (Unesp), além do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de São Paulo (ICT-Unifesp). A SBPC atua em todas as frentes e pode nos ajudar a atrair outras áreas", acredita o prefeito.

O diretor-geral do Parque Tecnológico, Horácio Forjaz, também tem grandes expectativas com a realização do evento. "A SBPC é uma marca que nos últimos 50 anos tem influenciado e orientado profundamente os caminhos da ciência e tecnologia em nosso país. Poder abrigar um evento da entidade aqui é um grande prestígio para a cidade de São José dos Campos e região, e em particular para o Parque Tecnológico que está se constituindo como uma grande referência da cidade e região para iniciativas voltadas à ciência, tecnologia, inovação

e empreendedorismo", disse. E completa, "o nosso intuito é que o parque possa abrigar não só esse, mas outros eventos, inclusive da própria SBPC".

Tema - Quanto ao tema, o diretor-geral do PqTec-SJC acredita que é muito relevante, já que o Brasil despertou para o fato de que, para ser competitivo, é preciso investir. "O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação tinha um orçamento pequeno até pouco tempo atrás. Hoje o MCTI tem um porte médio e isso é um indicativo de que o Brasil está atribuindo à ciência, tecnologia e inovação (CT&I) uma importância cada vez maior. A minha preocupação é que essa mesma percepção não é só nossa. Outros países também a têm, e cada vez o mundo joga seus dados estrategicamente, apostando suas fichas em CT&I como um motor de desenvolvimento social, e muitos deles, estão se movendo cada vez mais rápido", disse.

O reitor do ITA também concorda que o Brasil anda mais devagar que outros. "O Brasil tem melhorado paulatinamente. Faz uns 15 anos que as políticas de CT&I têm buscado os temas de inovação e competitividade dentro do contexto da política. Temos feito um esforço significativo de política industrial e tecnológica, mas o ruim é que os outros países fazem mais rápido do que a gente. O problema é a lentidão como o Brasil se move. Temos que buscar mecanismos mais eficazes para atender a agenda de que precisamos, e ideias podem surgir em eventos como esse que se realizará em junho", finaliza.

Poucas & Boas

Mudança - "Estou certo de ter cumprido o meu dever, tanto na perspectiva pessoal, como cientista e cidadão, quanto institucional."

Marco Antonio Raupp, ao entregar o comando do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), ao seu sucessor Clelio Campolina, em seu discurso oficial de despedida (17/03).

Antártida - "Os humanos também fazem parte do ecossistema e não podem ser excluídos, mas é preciso atenção à maneira como isso é feito."

Jair Putzke, professor da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), preocupado com a alta do turismo na Antártida, um dos ecossistemas mais preservados do planeta, na *Folha de São Paulo* (19/03).

Especialização - "Os jovens percebem que quanto mais bem formados, maiores são suas chances de conseguir um bom emprego."

Presidente Dilma Rousseff, sobre o aumento de quase 40% da procura por cursos do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) em 2013, na Agência Brasil (24/03).

Pesquisa básica - "Se não tivesse ocorrido a pesquisa básica, altamente financiada, nas universidades e nos institutos nas áreas de agricultura e pecuária, o Brasil não seria hoje a sétima economia do mundo. Foi a pesquisa que gerou a tecnologia que gerou a inovação."

Helena Nader, presidente da SBPC, na Agência Fapesp (26/03).

Foco na educação - "Políticas de transferência de renda são importantíssimas, mas a educação é certamente um caminho importante para a redução da desigualdade social. Se o Brasil deseja ser um país desenvolvido, é fundamental que o governo invista nos ensinamentos fundamentais e médio."

Cristiano M. Costa, economista e professor do programa de pós-graduação em Ciências Contábeis da Unisinos, em artigo no *Zero Hora* (26/03)

Inovação - "Obter o registro de um produto (patente) numa agência reguladora é um exercício de paciência e persistência. O somatório de processos internos arcaicos e de falta de pessoal gera uma espera de meses ou até anos para que novos produtos cheguem ao mercado consumidor."

Gustavo Junqueira, administrador de empresas e sócio-diretor da Inseed Investimentos, gestora de investimentos focada na economia da inovação, em defesa do marco legal de CT&I, no *Valor Econômico* (27/03).

Federalização da educação básica gera polêmica

Especialistas dividem-se ao analisar e opinar sobre o projeto do senador Cristovam Buarque, que quer convocar um plebiscito

Edna Ferreira

Tornar a educação básica uma responsabilidade do governo federal. Esta é a proposta do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que apresentou um projeto de decreto legislativo para convocar plebiscito a respeito da federalização da educação básica. As opiniões estão divididas entre os especialistas. Enquanto uns a classificam como inovadora, outros afirmam que a intenção é boa, mas é inviável de realizar.

Para justificar o projeto, o senador Cristovam usou os resultados do Pisa 2012 e dos rankings da consultoria britânica Times Higher Education, que revelaram a situação precária da educação no Brasil, seja no nível básico ou no ensino superior. Ele também apontou a falta de recursos de estados e municípios como argumento para a federalização e consequente melhoria na qualidade do ensino.

Para a professora Lisete Arelaro, diretora da Faculdade de Educação da USP (Feusp) a proposta do senador Cristovam é uma simplificação da questão sobre a qualidade da educação. “Não há nenhuma experiência histórica que mostre que numa república como a nossa, um país continente, com cerca de 200 mil escolas, a federalização vai melhorar a educação básica no país. Ao contrário, nós temos na educação básica, diferentemente de outras políticas sociais, uma história de atuação primeiro estadual e depois municipal, com a Constituição de 1988. Federalizar significa nós passarmos a ter no Brasil um programa único, e há esta ilusão de que, quando eu centralizo, vou garantir um padrão de qualidade; essa relação não existe”, afirma.

A diversidade do país aponta para um trabalho moldado para as características de cada região. De acordo com a professora Lisete, admitir a complexidade brasileira significa exatamente a possibilidade de currículos regionais que atendam os interesses dos diferentes grupos sociais. “O conteúdo e a forma de trabalho na região Norte não tem nada a ver com a região Sudeste ou com a Centro-Oeste. Nós temos 4 milhões de alunos matriculados na educação básica, evidentemente que nesse país continente seria uma maluquice imaginarmos que o governo federal poderia arcar com essa organização”, opina a diretora da Feusp.

A professora mostra-se preocupada com a possível associa-



Educação de qualidade é objetivo da proposta

ção do projeto de federalização com uma melhoria salarial dos professores. “Eu acho a proposta capciosa, porque quando você fala em federalização para um professor que está num município pobre, o que ele pensa imediatamente é que ele poderia ganhar como ganham os professores, por exemplo, do Distrito Federal, que é o lugar onde melhor se paga ao professor no Brasil. É lógico que essa é uma questão (melhoria salarial dos professores) que todos nós queremos que aconteça, mas eu não acredito realmente que essa seria a melhor forma”, alerta Lisete Arelaro.

Já para o professor Isaac Roitman, da Universidade de Brasília (UnB), coordenador do Núcleo de Estudos do Futuro da UNB, a proposta é inovadora e pode representar o início de uma grande revolução na educação brasileira, principalmente pela possibilidade de criação de uma carreira nacional de professores que seriam selecionados pela sua formação e competência para atuarem no ensino básico. “Com condições de trabalho adequadas, um salário digno e com o merecido reconhecimento da sociedade, creio que poderíamos atrair os melhores egressos do ensino médio para o magistério. Creio que ainda possa existir um bom senso no legislativo brasileiro para aprovar essa proposta”, aposta ele.

Melhor formação dos professores - De acordo com Roitman, a federalização da educação básica poderia ser a resposta ao que ele define com uma tragédia. “Nos últimos anos a escola tem se transformado em uma fábrica de analfabetos plenos e, sobretudo em analfabetos funcionais. O modelo vigente no Brasil, onde o ensino superior público é de responsabilidade

da União, o do ensino médio de responsabilidade do estado e o fundamental de responsabilidade do município, é um dos responsáveis por esse quadro que ameaça o futuro do país”, opina.

Para Luís Carlos Menezes, professor sênior do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP), o projeto de federalização é inviável. “Não vejo como, por exemplo, os conselhos estaduais de educação se articulariam, porque eles têm certa autonomia nessa decisão, por isso acho bastante difícil. A ideia do Cristovam de criar um padrão nacional, certamente de carreira, remuneração etc, implicaria desde cedo um sistema nacional de educação efetivo, que nós não temos. Então, há um mérito na intenção, e há uma inviabilidade na realização”, definiu Menezes. Ainda de acordo com ele, “isso seria uma grande revolução, mas não acho que se faça revolução por decreto, nem por estabelecimento de leis”.

Na análise do professor da USP, criar um padrão nacional na formação dos professores é um mérito da proposta de federalização. “Os problemas da educação brasileira passam sim pela formação de professores, e nesse sentido deve haver uma articulação melhor entre educação de base e educação superior”, argumenta.

Plebiscito – O texto do parlamentar, que já foi aprovado pela mesa diretora do Senado, propõe que nas eleições de 2014, além de escolher os cargos do executivo e legislativo, os brasileiros responderem à seguinte pergunta: “a educação básica pública e gratuita deve passar a ser da responsabilidade do governo federal?”.

Para Isaac Roitman a ideia do plebiscito é pertinente e certamente mostrará que esse cami-

nho tem o apoio da grande maioria da população brasileira. “O plebiscito seria um irmão das manifestações de rua onde o povo poderá manifestar a sua opinião. Espero que ele ocorra. Meu voto será sim para a proposta. O governo federal pode e deve conduzir essa tarefa que certamente vai beneficiar as futuras gerações de brasileiros”, afirma.

A professora Lisete Arelaro não concorda com essa opção. “Acho realmente que ela é esdrúxula, o plebiscito perguntaria o quê? Ninguém pode votar contra ou a favor se não tiver dados e condições. E nós não temos nenhuma das condições nesse momento, porque, do ponto de vista concreto, estamos numa república, temos uma constituição que define programas e que são devidamente discutidos”, diz.

Ela aposta no atual processo de participação popular que está sendo colocado em prática pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, do Ministério da Educação (MEC), que oferece cursos aos professores no Brasil inteiro com uma metodologia única. “Eu quero defender sim um processo de descentralização, acho que diretrizes curriculares nacionais, um plano nacional de educação (PNE) que nós não conseguimos ter, e quando temos não levamos a sério, é muito mais importante do que esta federalização. Acho que ela é no momento inviável e inconvincente”, conclui.

De acordo com Luís Carlos Menezes, “as coisas de natureza plebiscitária precisam ter uma nitidez de intenção, caso contrário você sequer alcança o votante”. Para o professor da USP, esse é um processo difícil. “Educação de base é educação infantil, fundamental, ensino médio. Isso significa mais de uma dúzia de anos de educação com muitas pessoas contratadas, diferentes regimes. Isso é mais difícil, bem mais difícil do que, por exemplo, mudar de presidencialismo para parlamentarismo”, analisa.

Menezes afirma que enxerga pontos positivos na proposta do senador. “Eu compreendo a boa motivação do Cristovam, que considero um homem com grande preocupação com a educação, mas acho que a proposta, com ou sem plebiscito, não é viável. Eu gostaria que fosse, pois a educação de base precisa de uma chacoalhada, mas lamentavelmente eu não acho que haja uma realidade maior na efetivação dessa proposta”, resume.

Coleta de informações dos programas de pós-graduação em tempo real

Plataforma Sucupira dará mais transparência aos procedimentos da avaliação do País

Camila Cotta*

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) lança uma nova ferramenta para coletar informações, realizar análises e dar mais transparência às avaliações do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG): a Plataforma Sucupira. A moderna tecnologia disponibilizará, em tempo real (*online*), as informações, processos e procedimentos que a Capes realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. A cerimônia de lançamento ocorreu no dia 27 de março, no auditório do Espaço Anísio Teixeira, no edifício-sede da Capes, em Brasília.

Segundo o presidente da Capes, Jorge Almeida Guimarães, a ferramenta vai acompanhar os avanços da pós-graduação nos últimos anos e proporcionar à sociedade brasileira um acesso mais fácil e transparente. "Todos podem e devem ter conhecimento do que fazemos e produzimos na pós-graduação." Guimarães acrescentou que com o crescimento da educação, os cursos de pós-graduação devem alcançar, no próximo trimestre, cerca de 6 mil. Estudantes "Permitir que todos esses dados fiquem permanentemente disponíveis é a nossa meta", afirmou.

Para o ministro da Educação, Henrique Paim, a plataforma dará visibilidade à expansão da pós-graduação brasileira, já que todas as informações serão publicamente acessíveis. "Assim, nossos esforços se tornarão visíveis", frisou.

A reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Ângela Paiva, falou sobre a parceria da Instituição e a Capes na criação da Plataforma e reiterou: "Mais uma vez, a UFRN demonstra, por meio dessa cooperação, estar comprometida não apenas com a qualidade da educação em nível de graduação. A instituição está contribuindo de diversas formas, inclusive para a melhoria da educação básica e da pós-graduação", disse.

O esforço também foi destacado pelo professor da UFRN, Rubens Maribondo, um dos responsáveis pela construção da plataforma. "Temos gravado mais de 200 horas de videoconferência, um trabalho

Divulgação Capes



Maria Judith, filha do homenageado, participou da cerimônia

intenso e diário de desenvolvimento, com visitas ao Conselho Técnico-Científico da Capes, consultas aos conselheiros e à comunidade científica", lembrou o acadêmico.

Homenagem - O sistema homenageia o ex-professor da Universidade de Brasília (UnB), Newton Sucupira – autor do Parecer Nº 977 de 1965, que conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes de hoje. "Graças a esse documento, nosso modelo de pós-graduação não é uma cópia de nenhum país", afirmou Jorge Guimarães, presidente da Capes. Para Guimarães, o parecer permitiu a avaliação de dois cursos iguais numa mesma área do conhecimento e com os mesmos índices de qualidade.

Durante a cerimônia de lançamento, o ministro da Educação também falou sobre o professor Sucupira, que, segundo ele, é uma das personalidades que devem ser celebradas no contexto histórico brasileiro. "O Brasil teve um despertar tardio para a educação. Figuras como o Newton têm que ser lembradas e comemoradas, pois batalharam num contexto muito adverso ao desenvolvimento da educação. A maior homenagem que podemos fazer hoje é manter o compromisso com esse desenvolvimento", enfatizou Henrique Paim.

Presente na cerimônia, a filha de Sucupira, Maria Judith, chamou de "vocaçào" a dedicação de seu pai à filosofia da educação. "Ele teve a capacidade de compreender como a pós-graduação era em seu tempo, deveria ser e continuará sendo

importante para o futuro do país."

Em seu discurso, Maria Judith lembrou a participação de seu pai na 7ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). De acordo com ela, foi nessa época, em 1955, que seu pai começou a se interessar pelo tema educação. Na ocasião, o presidente da SBPC era o professor Anísio Teixeira.

Plataforma - A Plataforma Sucupira é uma nova e importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações para servir de base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). O sistema disponibilizará em tempo real e com muito mais transparência, as informações, processos e procedimentos que a Capes realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. A plataforma ainda propiciará a parte gerencial-operacional de todos os processos e permitirá maior participação das pró-reitorias e coordenadores de programas de pós-graduação.

A Plataforma Sucupira é fruto da parceria da Capes com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Em maio de 2012, as duas instituições assinaram termo de cooperação para o desenvolvimento de um sistema voltado a coletar informações dos programas de pós-graduação em tempo real e estabelecer os procedimentos de avaliação com transparência para toda a comunidade acadêmica.

A Plataforma Sucupira pode ser acessada no link <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

*Com informações da Capes.

BRICS organizam cooperações em agenda de CT&I

Países trocam informações sobre os sistemas de inovação

Camila Cotta

"Reflexão acadêmica e diplomática", visão que segundo os representantes dos países que integram os Brics (Building Better Global Economic) - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – é essencial para a criação de um plano de cooperação na área de Ciência, Tecnologia e Inovação. Para debater o assunto, traçar metas e formular parcerias; gestores, professores e pesquisadores reuniram-se nos dias 25 e 26 de março, em Brasília (DF), para elaborar um documento conjunto, que servirá de base para a elaboração de uma efetiva política de ação. O evento, organizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), foi realizado no auditório do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília (UnB).

No primeiro dia os participantes assistiram painéis sobre as experiências de cada nação em temas como políticas industriais, desenvolvimento sustentável, compras públicas, diversidade regional e a sua interface com os sistemas de inovação. "É difícil imaginar o mundo nos próximos anos sem pensar em parceria e na construção de uma identidade entre os Brics", afirma Mariano Laplane, presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

O dirigente acrescentou que todas as experiências apresentadas ao longo do evento vão gerar subsídios para a Reunião de Cúpula dos Brics, que será realizada em julho, em Fortaleza, com os chefes de Estado de cada país. Segundo ele, o seminário dará continuidade aos debates que resultaram na Declaração de Cape Town, quando os ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação do bloco elencaram uma série de áreas temáticas prioritárias para a cooperação. "Nos últimos anos, observa-se o aumento da desigualdade em nações desenvolvidas. Nossos países tentam seguir em sentido contrário", alerta.

Parcerias internacionais - O ministro-conselheiro da embaixada da China, Zhu Qingqiao, aproveitou o momento para lembrar os acordos entre chineses e brasileiros em questões estratégicas como nos investimentos aeroespaciais e nos avanços da nanotecnologia. "Inovação e desenvolvimento têm um peso cada vez maior em nossas relações", disse.

Consecti apresenta reivindicações ao novo titular do MCTI

Preocupação é com descontinuidade de projetos em andamento

Viviane Monteiro

Diante de uma eventual descontinuidade de projetos em andamento no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em decorrência da troca do titular da pasta a nove meses apenas do fim de governo, o presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti), Jadir José Péla, aproveitou a abertura do Fórum do Conselho realizada na quinta-feira (20), no Palácio do Governo, em Cuiabá, para apresentar uma agenda de prioridades para este ano ao novo ministro, Clelio Campolina.

Na ocasião, José Péla citou pelo menos oito pontos que, segundo ele, já fazem parte da agenda do Ministério há algum tempo e que precisam ser mantidos no MCTI e que são de extrema importância para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Com apenas três dias à frente do MCTI, Campolina, por sua vez, buscou tranquilizar os secretários estaduais de Ciência e Tecnologia, afirmando que dará prosseguimento a projetos em andamento na pasta.

“Não estou aqui para destruir políticas e nem estou desmontando o Ministério. Não podemos inventar a roda e muitas coisas que estão sendo feitas são absolutamente prioritárias. Sou amigo do Marco Antonio Raupp (seu antecessor) que me recebeu com a maior cordialidade e que mostrou todo apoio (na transição).”

Reconhecendo desconhecer a complexidade do Ministério, que tem contratos com outros e com várias organizações, Campolina disse que no momento está fazendo um balanço no MCTI e pediu apoio às partes envolvidas com a área de ciência, tecnologia e inovação. “Sou da área, mas não conheço a burocracia do Ministério, as várias políticas em andamento, mas estou me informado sobre tudo isso.”

Disse que fez questão de participar do Fórum Consecti para se apresentar e convocar as comunidades educacional, científica e acadêmica “para trabalharmos juntos”. “E sem a participação dos secretários estaduais de Ciência e Tecnologia em um país com tamanha dimensão territorial, como organização federativa, não será possível enfrentar (os problemas). Não sou da visão que decide as coisas de cima para baixo.” Segundo Campolina, as reivindicações do Consecti serão analisadas.

Reivindicações - O presidente do Consecti disse ser fundamen-



Cerimônia de abertura reúne secretários de C&T de todo o país

tal manter o comitê executivo responsável pela interlocução entre os secretários de C&T e o MCTI no que se refere às discussões sobre ciência e tecnologia do país. “Esse comitê vem se reunindo com certa frequência e é importante que seja mantido”, disse o presidente do Consecti, também secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Espírito Santo

Outro ponto defendido pelo presidente do Consecti é a participação dos secretários estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação, igualmente do Conselho Nacional das Fundações de Amparo às Pesquisas (Confap), no andamento da Embrapii – empresa espelhada na Embrapa para estimular a inovação na indústria.

“Muitas das ações que serão tratadas tanto nacional como regionalmente surtirão efeito nos estados. E sem uma participação do nosso Conselho algumas questões podem não ficar bem resolvidas na pesquisa e inovação da indústria.”

Outra demanda é relacionada ao andamento da criação de planos regionais para o desenvolvimento científico e tecnológico. Segundo o presidente do Consecti, já existe o plano de desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação da região Norte. Entretanto, disse ser necessário atender também às demandas das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

Listou também como prioridade a luta pela aprovação do marco legal da ciência, tecnologia e inovação e atualizações no âmbito da Lei de Inovação, que em 2014 completa 10 anos. “É necessário dar continuidade às discussões sobre o Código Nacional de Ciência e Tecnologia e tratar dos dez anos da Lei de Inovação.”

Ele acrescentou a necessidade de a Finep manter a política de concessão de recursos não reembolsáveis aos projetos de ciência

e tecnologia, mesmo que a agência de fomento transforme-se em uma instituição financeira.

Orçamento - Ao demonstrar preocupação com consecutivos contingenciamentos de recursos no MCTI, o presidente do Consecti defende um tratamento especial à discussão orçamentária, principalmente no que se refere à canalização de recursos do FNDCT para o programa Ciência sem Fronteiras, a principal bandeira do Governo Dilma na educação superior. “Não sou contra o programa Ciência sem Fronteiras. Refiro à entrada desse programa em um fundo que já está esgotado, ou seja, que já não tem mais dinheiro. Esse é um assunto que precisa ser olhado com muito carinho porque, no contrário, não poderemos dar conta daquilo que precisamos fazer para o Brasil crescer na área científica e tecnológica, e especialmente na área de inovação.”

Outra reivindicação do Consecti é a inclusão das universidades estaduais nos editais do MCTI, hoje direcionados exclusivamente às universidades federais.

Por último, o presidente do Consecti espera que o novo ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação siga o modelo de seu antecessor, Marco Antonio Raupp, que tinha um canal de comunicação aberto com os secretários estaduais de Ciência e Tecnologia e com a comunidade científica.

O novo ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação mostrou disposto a estreitar as relações com todas as partes envolvidas. “Com dois dias de mandato tive que ir a Belo Horizonte transferir o cargo de reitor (da UFMG) e, no terceiro dia de mandato, me dispus a vir a Cuiabá porque não poderia me furtar desse encontro com os secretários estaduais e pedir a colaboração de todos.”

Ao cumprimentar o deputado Sibá Machado, condutor do novo marco regulatório de ciência e tecnologia no Congresso Nacional e que estava presente ao evento, Campolina mostrou-se a favor da nova legislação de CT&I para superar “os entraves” e equacionar a adequada política de ciência e tecnologia do Brasil.

O ministro buscou desmitificar que sua nomeação ao MCTI tenha sido um ato político e fez questão de discorrer sobre sua carreira. “Sou um servidor público e não posso me recusar a convocações. O desafio é enorme, estamos no fim de governo, mas não sou filiado a nenhum partido político.”

Desenvolvimento regional - Na ocasião, Campolina reiterou ser um estudioso do desenvolvimento regional. “Fui professor universitário ao longo de 40 anos, sempre preocupado com o tema do desenvolvimento econômico, seja na dimensão territorial da integração do Brasil com América do Sul, seja na preocupação com educação, ciência e tecnologia e inovação, que para mim são os instrumentos decisivos para o desenvolvimento de qualquer lugar do mundo.”

Ele acrescentou: “Recebi o convite da presidente Dilma Rousseff na última quarta-feira para assumir o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, exatamente no momento em que eu terminava meu mandato de reitor com a passagem para Londres para passar seis meses escrevendo um novo livro sobre o desenvolvimento regional brasileiro, tema com o qual convivo há alguns anos”.

Ao defender educação de qualidade, Campolina destaca como fundamental resolver o problema da educação básica internamente. “Sem resolver o problema da educação básica, o Brasil não terá condições de dar um salto no desenvolvimento.”

Presidentes do Senado e Câmara recebem Plano de CT&I da Amazônia

Trabalho produzido pelo CGEE propõe desenvolvimento sustentável da região

Camila Cotta e Viviane Monteiro

Secretários de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e representantes das Fundações de Amparo à Pesquisa (Faps) da região amazônica, acompanhados da presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, e do deputado Sibá Machado (PT/AC) entregaram, nesta quarta-feira (26), aos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB/AL), e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), o Plano de CT&I para o Desenvolvimento da Amazônia Legal.

Apesar do documento não tramitar nas Casas, pois os recursos federais devem partir apenas do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a expectativa é agregar apoio em todas as esferas de poder para estimular a aprovação da medida o mais rápido possível. A preocupação é evitar que o calendário apertado de 2014, com Copa do Mundo e principalmente as eleições gerais, deixe a demanda amazônica em segundo plano.

O deputado Sibá Machado entregou o plano ao presidente Renan Calheiros e pediu apoio do senador às propostas de inovação para a Amazônia Legal. "O plano é uma forma de incluir os estados da Amazônia na agenda de investimentos, pensando na região de forma mais colegiada e estruturando a área de pesquisa e inovação", disse.



Ciência e tecnologia em prol do uso dos recursos naturais

Renan Calheiros, presidente do Senado, comprometeu-se a marcar uma sessão do Congresso Nacional para fazer o lançamento do plano no Legislativo o mais rápido possível. "Vamos fazer um evento com todos os governadores com a importância que a região Norte merece", afirmou.

Para a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, o plano é essencial para o desenvolvimento da região Norte. "O Brasil tem que olhar para a Amazônia Legal como um todo, com investimentos pesados em CT&I, senão, as gerações futuras vão sofrer os impactos desse não envolvimento", frisou.

"Ao se trabalhar com pers-

pectivas curtas no campo da ciência, a tendência é a descontinuidade de ações, o que prejudica também trabalhos de pesquisas que necessitam de períodos maiores para conclusão", avaliou Odenildo Sena, presidente do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap).

Para o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), a publicação é um marco e será um ganho para o Brasil e para a população da região amazônica.

PCTI Amazônia - O PCTI é um plano estratégico de desenvolvimento sustentável da região amazônica, com o uso intensivo de seus recursos naturais. O

documento reúne informações sobre infraestrutura, produção regional, formação, fixação e atração de pessoas para a base técnico-científica regional. Prevê, ainda, um novo modelo de governança e ampliação dos polos de inovação regional.

Encabeçado pelos secretários estaduais de CT&I e elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), a pedido do então ministro Marco Antonio Raupp, o plano prevê investimentos da ordem de R\$ 11 bilhões ao longo de 20 anos, com metas quadriênicas. As fontes de recursos serão União, com cerca de 40%, estados e empresas privadas, que devem responder por 60% do total, juntos.

Para fazer frente à execução do projeto, os secretários pretendem buscar apoio também de agências de fomento nacionais, como o BNDES, e Banco de Desenvolvimento Internacional (Bird), além de outros órgãos públicos que contribuem também para o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação, como a Capes.

O crescimento da economia brasileira terá papel preponderante na viabilidade do Plano de CT&I para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Na proposta, os especialistas do CGEE preveem crescimento anual médio do Produto Interno Bruto (PIB) entre 3% e 4% nos próximos anos, patamares adequados para assegurar as estimativas dos dispêndios futuros pelas partes envolvidas.

Governo de MT pede apoio para criação de parque tecnológico no estado

Segundo a Anprotec, existe no Brasil uma demanda reprimida por parques tecnológicos com apoio financeiro da União

Viviane Monteiro

O governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, pediu apoio do novo ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Clelio Campolina, para a construção de um parque tecnológico no estado, hoje o maior produtor de grãos e de algodão do Brasil e o maior produtor, individual, de soja do mundo.

O pedido do governador foi feito na abertura do Fórum do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para assuntos de CT&I (Consecti), realizado em Cuiabá, na quinta-feira (20) e sexta-feira (21). A abertura do fórum reuniu centenas de pessoas, 12 secretários estaduais de C&T, além do novo ministro da Agricultura, Neri Geller, até então produtor rural de Mato Grosso e

ex-secretário de Política Agrícola da pasta.

Ao defender a importância do parque tecnológico em Mato Grosso, Barbosa justificou o peso do estado também na produção de carne bovina e na contribuição significativa na balança comercial do país, respondendo por 60% do *superávit* primário do agronegócio da região Centro-Oeste. "Mas 70% disso (do total de 60%) são produtos *in natura*. É preciso ter tecnologia para agregar valor aos nossos produtos", disse ele.

O ministro da Agricultura Neri Geller disse que a transformação da produção do cerrado brasileiro aconteceu efetivamente pela pesquisa implementada principalmente pela Embrapa. Nesse caso, destacou a necessidade de novos investimentos

em pesquisa para "que nossa" produção avance cada vez mais e avance com sustentabilidade.

Procura por parques tecnológicos no Brasil - Segundo a presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), Francilene Procópio Garcia, que fez uma apresentação sobre o desenvolvimento de parques tecnológicos - na abertura do Fórum do Consecti - existem no Brasil cerca de 90 iniciativas destinadas à criação de parques tecnológicos. Desse total, 30 unidades, aproximadamente, estão em operação.

No ano passado os editais publicados pelo MCTI para criação de parques tecnológicos somaram R\$ 110 milhões, recursos insuficientes para aten-

der toda a demanda, estimada em R\$ 540 milhões. O montante financeiro previsto nos editais do MCTI do ano passado são recursos não reembolsáveis, provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerido pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

Conforme as estimativas, o custo para implementação de um parque tecnológico pode variar de R\$ 4 milhões a R\$ 8 milhões no Brasil. Na tentativa de atender toda a demanda, os mesmos editais do MCTI preveem um adicional de recursos de R\$ 500 milhões, por intermédio de uma linha de crédito com os mesmos benefícios oferecidos no programa Inova Empresa, como prazo e taxas de juros. Existem também linhas de financiamento concedidas pelo BNDES.

Projeto de lei que facilita importação de material para pesquisa científica é aprovado em Comissão na Câmara

Pesquisadores e cientistas poderão importar insumos diretamente pelos Correios, inviável hoje pela atual legislação

Camila Cotta

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), da Câmara dos Deputados, aprovou nesta quarta-feira (26), o Projeto de Lei 4.411/12 do deputado Romário (PSB-RJ). O PL prevê a eliminação da burocracia de importação de mercadorias destinadas à pesquisa científica e tecnológica através da criação, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de um cadastro nacional de pesquisadores que teriam liberação imediata das mercadorias a eles destinadas.

De acordo com a relatora do projeto, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), a aprovação é mais um passo positivo na luta pelo avanço da ciência, tecnologia e inovação no potencial de cura e melhoria na qualidade de vida para diversos pacientes. “Sem sombra de dúvidas representará um marco nos avanços das pesquisas científicas e tecnológicas”, observou.

Para a relatora, o projeto vem aprimorar o complexo arcabouço jurídico e normativo referente às pesquisas científicas e tecnológicas do Brasil. Já que o país enfrenta hoje um gargalo nas exportações de insumos

para pesquisa. “Queremos promover soluções para que de fato possamos incluir o Brasil no circuito das grandes pesquisas científicas e, conseqüentemente, manter efetivo o lema do governo federal ‘Ciência sem fronteira’”, acrescentou Gabrilli.

De acordo com o autor do PL, o deputado Romário (PSB/RJ), o projeto vai ajudar os pesquisadores brasileiros a obterem melhores resultados em seus trabalhos. “Muitos cientistas já perderam material na alfândega e, com isso, resolveram mudar os rumos de suas pesquisas, em virtude das dificuldades para importar os reagentes e outros insumos”, explicou. Para o parlamentar, a burocracia impede o desenvolvimento do país. “Enquanto aqui são necessários 30 dias, em alguns casos até três meses, para o recebimento de um produto, em outras partes do mundo a entrega é feita em até 24 horas”, lamenta.

Agora, o PL 4411/2012 segue para a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTI).

Compromisso - Mara Gabrilli reafirmou durante seu discurso na CSSF o seu compromisso com a

ciência. A deputada contou o quanto esta área a ajudou durante seu período de reabilitação, quando há quase 20 anos sofreu um acidente de carro e ficou tetraplégica. “A ciência salvou minha vida e me deu a oportunidade de uma melhor qualidade de vida”, ressaltou.

PL 4411/2012 - O projeto prevê a simplificação do processo de importação de mercadorias destinadas à pesquisa científica e tecnológica. O texto do deputado Romário (PSB-RJ) vislumbra que os pesquisadores tenham a liberação automática das mercadorias, livres de taxas da Receita Federal e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Pela proposta, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deverá criar um cadastro nacional de pesquisadores que teriam liberação imediata das mercadorias. O projeto também responsabiliza o pesquisador pelos danos à saúde e ao meio ambiente decorrentes da alteração da finalidade declarada para o ingresso do material no país.



Cientistas têm dificuldades de importar reagentes

Foto: SXC/ru

Dificuldade na importação de insumos emperra desenvolvimento científico e tecnológico

“Destruar a importação desses insumos facilitará a capacidade de adquiri-los em menos tempo”, afirma cientista

Viviane Monteiro

O presidente da Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental (SBFTE), Mauro Teixeira, afirma que hoje o custo mínimo de importação de qualquer insumo utilizado em pesquisas científicas e tecnológicas é de R\$ 1 mil, sem contar com o que ele chamou “de custo Brasil” no que se refere à morosidade.

Caso o projeto avance no Congresso Nacional, os pesquisadores e cientistas poderão importar insumos diretamente pelos Correios, fator inviável pela atual legislação. Tal procedimento, relata Teixeira, vai representar um avanço para as pesquisas científicas e tecnológicas nacionais, considerando que hoje os insumos desembarcam no Brasil com dois ou três meses após o pedido, depois de passar pela



Mauro Teixeira: fim da burocracia

burocracia do processo alfandegário. Já em países desenvolvidos, a entrega desses produtos é resolvida em questão de horas, citam pesquisadores.

“Destruar a importação desses insumos é muito importante porque facilita a capacidade de adquiri-los em menos tempo, sem burocracia”, sugere Teixeira.

Com a mesma opinião, a biomédica Regina Markus, professora titular de Fisiologia da Universidade de São Paulo e secretária da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), disse que a aprovação do PL 4411/12 resolveria um dos principais gargalos da pesquisa científica do país.

“Quando fazemos ciência de ponta no Brasil nos deparamos com um problema sério. Alunos meus nos Estados Unidos conseguem lá material em quatro horas, o mesmo produto que conseguimos no Brasil apenas dentro de dois a oito meses”, lamenta Regina.

A morosidade na importação de insumos para pesqui-

sas científicas e tecnológicas interfere também na hora da publicação científica. “Na hora em que mandamos um trabalho para publicar e não conseguimos o insumo imediatamente, perdemos a data de publicação”, acrescenta Regina, ao citar que alguns trabalhos não se perdem graças à colaboração de colegas. “Mas se tivéssemos um fluxo melhor, teríamos um rendimento maior.”

Tramitação – Após aprovação na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, o PL 4411/12 terá que passar, ainda, pelo crivo de três comissões: Ciência e Tecnologia, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça. Após esse trâmite, seguirá para o Senado. Por ser conclusivo, o texto não precisa passar pelo plenário da Câmara dos Deputados.

“Temos ainda muita dificuldade de convencer governos sobre a necessidade de planejamento e adaptação às mudanças climáticas”

O presidente eleito do Conselho Internacional para a Ciência (ICSU), Gordon McBean, fala de ciência e clima global

Fabiola de Oliveira

Em novembro de 2013, o físico canadense Gordon McBean esteve no Rio de Janeiro para participar do 6º Fórum Mundial de Ciência, já como presidente eleito do Conselho Internacional de Ciência – ICSU na sigla em inglês – cargo que irá assumir em 2014 para cumprir um mandato de três anos. Especialista em ciências atmosféricas e climáticas, com forte atuação em desastres naturais, McBean trabalhou para o governo canadense e para o Ministério do Meio Ambiente do país.

Atualmente, é professor do Departamento de Geografia e Ciências Políticas da Universidade de Western Ontario, e diretor de Estudos Políticos do Instituto para a Redução de Perdas Catastróficas, do Canadá. Além disso, preside a Global Change START International, organização voltada aos perigos e impactos de desastres climáticos, e às políticas governamentais a eles relacionados. Suas contribuições nas áreas de mudanças climáticas e desastres naturais foram reconhecidas com os Ordens do Canadá (2008) e de Ontário (2010). Como membro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), recebeu, em 2007, o Prêmio Nobel da Paz.

Quando esteve no Rio, McBean concedeu a entrevista que segue ao *Jornal da Ciência*, que agora publicamos tendo em vista o anúncio próximo do novo relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que está sendo finalizado em encontro na cidade de Yokohama, no Japão, e será divulgado ao público na próxima 2ª feira, dia 31 de março. O físico canadense teve participação destacada na elaboração dos relatórios anteriores do IPCC, e tem opiniões categóricas sobre a necessidade urgente de ações globais para o enfrentamento às adversidades do clima.

Jornal da Ciência – Qual será a prioridade da atuação do senhor quando assumir a presidência do ICSU?

Gordon McBean – Dentro da vocação do ICSU, a questão da pesquisa básica foi sempre uma prioridade. E atualmente creio que a ênfase na necessidade de os países continuarem a investir em pesquisa básica é ainda mais premente. Vemos que em vários lugares fala-se muito em tecnologia, como prioridade até de políticas governamentais, mas não podemos esquecer que sem pesquisa básica não se constrói o

conhecimento. Outra preocupação nossa é com a comunicação pública da ciência, a urgência de informar as pessoas sobre o que a ciência pode fazer para resolver ou minimizar os grandes problemas globais. Portanto, buscamos encorajar e incentivar os cientistas a falar com o público.

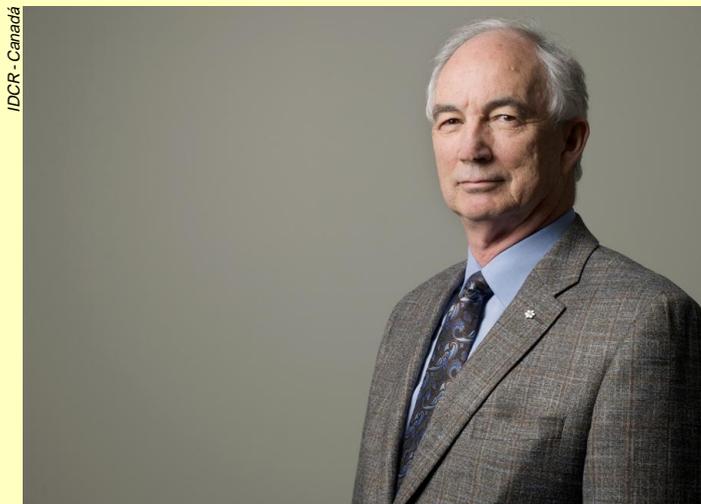
JC – O atual presidente do ICSU, Yuan Tseh Lee, afirma que a humanidade está vivendo uma última década quando ainda temos a oportunidade de adotar medidas para minimizar os impactos das mudanças climáticas no planeta. O que acha dessa afirmação?

GMB – A afirmação é correta e está também associada à questão anterior. Veja que nas últimas décadas temos formado menos jovens em áreas como física, química e matemática. É uma realidade em todo o mundo, onde parece que a grande coisa é formar mais profissionais em áreas de negócios. Precisamos motivar os jovens a buscar as carreiras científicas, pois a humanidade vai necessitar cada vez mais de ciência e tecnologia. Temos que ter mais cientistas e temos que desenvolver a capacidade de convencer os políticos e governantes sobre a necessidade de planejamento, prevenção e adaptação às mudanças climáticas e aos desastres ambientais.

JC – Como o senhor vê, em um quadro amplo, as ações de governos no estabelecimento de políticas e investimentos públicos para o enfrentamento das mudanças climáticas?

GMB – Infelizmente vejo que não estamos indo a lugar algum, os progressos são insignificantes nesse sentido. A Rio +20, por exemplo, foi um fracasso sobre esse aspecto. Os governantes de todo o planeta, embora com muito discurso, ainda não estão agindo firmemente para minimizar ou mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Muitos dos cientistas que, como eu, trabalham nessa área, acreditam que se falharmos em mudar a atual tendência de inércia, se não conseguirmos adotar medidas eficazes de gestão das causas e consequências das alterações do clima, dificilmente conseguiremos evitar a catástrofe para planeta. E estamos falando dentro de um período curto, entre 2015 e 2020, depois será tarde.

JC – E como o conhecimento científico pode contribuir de forma global?



O físico afirma que governos precisam mitigar desastres ambientais

GMB – Precisamos garantir que a fronteira do conhecimento científico continue a avançar. Nossa compreensão sobre o que está acontecendo com o meio ambiente, e o impacto de nossas ações sobre ele, tem se desenvolvido rapidamente, mas ainda é bastante incompleta. Também são insuficientes as nossas iniciativas para lidar com as complicações provocadas por nosso próprio convívio enquanto sociedade, nossos sistemas econômico e político, compreender melhor por que resultam em tantas situações insustentáveis para o planeta e para a vida.

Além disso, para termos respostas mais efetivas, precisamos de constantes inovações. E nesse aspecto é fundamental a promoção de uma mudança dramática na pesquisa, desde a ciência básica à aplicada em todas as disciplinas, de modo a oferecer conhecimentos sólidos que possam contribuir e dar embasamento às políticas públicas que se fazem necessárias em todo o planeta.

JC – Como o ICSU contribui ou pode contribuir com essas mudanças?

GMB – Nós temos uma vasta rede global de cientistas e organizações renomadas, que abrigam consideráveis recursos humanos, intelectuais e institucionais. A organização trabalha, atualmente, baseada em três grandes pilares, que são a colaboração internacional de pesquisa científica, a universalidade da ciência, e a política científica. Esses pilares atuam de forma sinérgica para levar o que há de melhor na ciência mundial para a sociedade. Nossa meta é que cientistas de todo o planeta e de todas as disciplinas tenham

liberdade e os meios para participar livre e responsabilmente da ciência global. Também consideramos importante o engajamento com tomadores de decisão e governantes, para garantir que a excelência do conhecimento científico não permaneça somente como tal, mas transforme-se em decisões que realmente importam para a humanidade.

JC – O que é o programa “Future Earth: research for global sustainability”, apoiado pelo ICSU?

GMB – Nós criamos uma aliança denominada Ciência e Tecnologia para a Sustentabilidade Global, que envolve organizações internacionais na criação de uma grande iniciativa global por um período de 10 anos, que se constitui nesse programa (N.A. - www.futureearth.info). É uma iniciativa única e peculiar em sua concepção de natureza colaborativa, que tem a finalidade última de fornecer os conhecimentos que a sociedade necessita para responder às mudanças do meio ambiente, global, tanto em termos de riscos como de oportunidades. A perspectiva que se busca não é somente uma nova forma de conduzir e organizar a pesquisa, mas também oferecer soluções concretas e resultados para que tomadores de decisão possam agir com conhecimento e segurança.

A Aliança de Ciência e Tecnologia para a Sustentabilidade Global é constituída pelo ICSU, pelo Conselho Internacional de Ciências Sociais (ISSC), pelo Fórum Belmont de agências financiadoras, pela Unesco, PNUMA (Meio Ambiente), Universidade da ONU (UNU) e a Organização Meteorológica Mundial (WMO).

Burocracia trava pesquisa clínica brasileira

Tempo médio de aprovação no Brasil é o dobro da média mundial

Camila Cotta

Um ano, 360 dias. Esse é o tempo para a aprovação da pesquisa clínica no Brasil. “Estamos sempre atrasados. A China demora 30 dias, Estados Unidos, 45; Europa, 60 a 75; Austrália 68. Por isso, nosso país ainda não é importante para que uma pesquisa nova sobre câncer comece, por exemplo. Os países não vão esperar a burocracia do Brasil. Então nós estamos perdendo bons estudos”, alerta Antônio Britto Filho, presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa e ex-governador do Rio Grande do Sul, um dos palestrantes da audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no Senado Federal, no dia 18 de março.

Britto acrescenta que a pesquisa clínica é importante do ponto de vista humano, porque é a geração do novo conhecimento; e do ponto de vista econômico, porque movimenta um negócio de US\$120 bilhões ao ano. “O Brasil hoje, infelizmente, não é mais do que 2,32% do número de estudos e 1,4% dos centros de pesquisa clínica no mundo. Esse quadro mostra que nós estamos em 15º lugar com 3,447 estudos, um percentual pequeno. Estamos atrás de países que não têm a nossa competência e qualificação científica”, ressalta.

Britto explica que a indústria não perde nada quando um estudo não vem para o Brasil. “A indústria pode desenvolver em outro lugar”, afirma. Para ele, quem perde com o estudo não realizado é o paciente, que dele depende do medicamento; e o pesquisador, que perde um novo conhecimento.

Segundo o presidente, o Brasil não avança porque o país continua pensando que inovação é matéria opcional. Ele acredita que o Conselho Nacional de Saúde tem uma visão conservadora sobre pesquisa.

O professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Jaderson Socrátes Lima, concorda com Britto e observa a importância de desmitificar o tema pesquisa clínica, contextualizá-lo no Brasil e apontar direções. “A humanidade até hoje não conseguiu nenhuma forma de colocar à disposição dos pacientes um medicamento e um dispositivo novos para a saúde sem essa atividade”, diz. O acadêmico observa que nas últimas décadas as doenças coronarianas matavam muito mais que hoje. “Esse nú-

mero diminuiu por força da pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos”.

Para o professor, a pesquisa clínica é de interesse e beneficia todas as pessoas. “Temos que criar um sistema regulatório que ouça todas essas pessoas: pacientes, comunidade médica e científica, o governo, as empresas e as instituições de pesquisa”, frisa.

Lima indaga “Agora, onde se faz pesquisa no mundo?”. De acordo com o professor, o ex-governador Antônio Britto mostrou em sua apresentação os dados atualizados do *site* clinicaltrials.org. Dos 162 mil estudos, 46% foram e são feitos nos Estados Unidos, com uma população de 312 milhões de habitantes; 28%, na União Europeia; 7%, no Canadá, com apenas 33 milhões de habitantes; 3%, na América do Sul; 2%, no Brasil, com 202 milhões de habitantes; 1%, no Chile; e 1%, na Argentina. “Repare que o Chile tem metade do número dos estudos do Brasil, mas com uma população 12 vezes menor”, mostra.

Estudo - As pesquisas clínicas de medicamentos envolvem estudos com seres humanos, em caráter voluntário, com o objetivo de validar e viabilizar medicamentos, produtos e insumos na área da saúde. Seguem protocolos rigorosos, que são normatizados por resoluções nacionais e internacionais. No Brasil, os pedidos passam pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), vinculados ao Conselho Nacional de Saúde, e também pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Agilidade - Para Fábio Franke, especialista em oncologia clínica, o país tem que focar na questão da agilidade dos processos para liberação de um estudo. Pois, de todas as fases das pesquisas, o Brasil só participa das últimas. “Por quê? Porque as primeiras fases, quando nós determinamos qual é a dose dessa medicação, qual é o perfil adequado, precisam de uma aprovação de no máximo 60 dias. Nós temos uma aprovação que ultrapassa um ano.”

De acordo com os palestrantes, uma das grandes soluções para reverter o problema é a criação de um sistema regulatório anacrônico. “Para mudar isso, temos que pensar no assunto”, finalizam.

Ministério da Saúde amplia regras de aconselhamento genético

Mudanças podem alterar currículo das escolas de medicina

Vivian Costa

O Ministério da Saúde informou no dia 17 de março que vai ampliar o modelo de aconselhamento genético feito no Sistema Único de Saúde (SUS) para permitir que o procedimento seja também realizado por outros profissionais da saúde, desde que já haja um diagnóstico prévio da doença e que o profissional tenha habilitação de seu Conselho para isso. Atualmente apenas os biólogos e os médicos geneticistas realizam o procedimento.

Diante disso, uma comissão, coordenada pelo obstetra Thomaz Gollop, professor de genética médica da Universidade de São Paulo (USP), e formada por membros das Sociedades Brasileiras de Genética (SBG) e de Genética Médica (SBGM) e profissionais dos Ministérios de Saúde e da Educação, vai trabalhar para sugerir mudanças no currículo das escolas de medicina, que não mudam há décadas.

Segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Saúde, a ideia de criar uma comissão para debater mudanças aconteceu após encontro que reuniu representantes do Ministério e membros da SBG e da SBGM, no último dia 17 de março, para debater novas estratégias de assistência a pacientes com doenças raras. Novo encontro deve acontecer durante o mês de maio.

“Esta ampliação é um estímulo para que haja mudanças nos currículos das escolas de Medicina. Hoje os estudantes têm contato com a área genética somente no 2º e 3º ano. No internato, no 5º e 6º ano, eles não veem nada. Isso é uma grande falha porque a genética tem evoluído muito. Portanto, esta será uma das sugestões que a Comissão irá fazer”, afirma. Segundo ele, entre as sugestões de mudanças está a inclusão de módulos de genética nos 5º e 6º anos de internato e na residência.

Mas, pondera Gollop, “tenho certeza de que haverá resistência de um grupo. Há uma parcela da comunidade acadêmica que é conservadora e que não gostará das mudanças. Mas será preciso porque as técnicas de medicina mudam a cada cinco anos. Com isso, os alunos já saem da faculdade com conhecimento defasado e muitos nem procuram especialização por-

que desconhecem a área”, afirma. Ele citou ainda que dá aulas na USP e que tentou mudar o currículo do curso, candidatou-se a dar as aulas e mesmo assim não obteve sucesso. “É uma pena”, lamenta.

Segundo Gollop, essa ampliação atende a uma demanda antiga da sociedade, pois as pessoas com doenças raras sempre enfrentaram dificuldades para serviços de diagnóstico e tratamento, antes muitas vezes restritos a hospitais universitários, centros de pesquisa e redes particulares. “Esses pacientes precisam ser atendidos por equipes multidisciplinares qualificadas para o tratamento”, disse.

O professor Thomaz Gollop lembra que hoje se enfrentam enormes dificuldades para atender os portadores de doenças genéticas, especialmente quando elas exigem atendimento de maior complexidade. “Genética clínica e médica é uma área multidisciplinar em todos os países desenvolvidos do mundo” afirma.

Gollop estagiou na Universidade de Wisconsin, em 1982, e o serviço dispunha de enfermeiras, psicólogos, biólogos, assistentes sociais e médicos. “Todos juntos eram responsáveis pelo atendimento integrado do consultante”, lembra o obstetra.

De acordo com o professor da USP, os atendimentos existem em poucos lugares, que ficam nas grandes capitais do país. “Precisamos de uma descentralização dos serviços. A ideia é que no futuro haja centros de atendimentos em regiões mais remotas”, afirma Gollop.

Especialização - O Ministério da Saúde também anunciou que vai criar um curso de especialização em aconselhamento genético voltado tanto para médicos quanto para não médicos, com o objetivo de aumentar a oferta desse tipo de serviço no SUS. O curso será desenvolvido pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS) e deve começar a funcionar em 2015.

Segundo o Ministério da Saúde, o curso terá duração de 1 a 2 anos e será de especialização ou mestrado profissionalizante. O público-alvo consistirá em profissionais da saúde já vinculados ao SUS.

Breves

Sensores para explosivos – Pesquisadores do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (IQ/USP) desenvolveram um sensor eletroquímico (baseado em reações químicas que produzem energia) e outro colorimétrico (fundamentado na quantificação de uma substância pela percepção da cor) a partir de papel sulfite e filtro de papel (semelhante ao de café), capazes de detectar alguns dos explosivos mais utilizados atualmente em ações terroristas. Além disso, os dispositivos podem ter aplicações médicas e ambientais.

Cogumelo contra o câncer - Um extrato do cogumelo japonês *shiitake* pode matar o papiloma vírus humano (HPV) e reduzir o crescimento do câncer no colo do útero. Uma pesquisadora americana descobriu que o AHCC (active hexose correlated compound), composto encontrado neste tipo de cogumelo, pode ter um papel importante na luta contra o HPV e outros tumores relacionados. O estudo foi apresentado no 45º Encontro Anual de Câncer em Mulheres, da Sociedade de Oncologia Ginecológica em Tampa, na Flórida.

Raios do espaço – Um novo instrumento da Estação Espacial Internacional (ISS, na sigla em inglês) está possibilitando que os cientistas observem melhor os raios a partir do espaço. Chamado Firestation, o equipamento tem observado cerca de 50 raios por dia. O aparelho tem fotômetros para medir os clarões dos relâmpagos e antenas de rádio para analisar a eletricidade estática, além de um detector de raios gama. Segundo a agência espacial americana (Nasa), os cientistas estão interessados nos processos que desencadeiam os relâmpagos durante as tempestades e em descobrir quais tipos de relâmpagos produzem raios gama.

Nano-vacinas - Um novo tipo de vacina de dose única aplicada por um spray nasal que não necessita de refrigeração pode alterar radicalmente o cenário da saúde pública ao conseguir que mais pessoas sejam vacinadas em todo o mundo. A novidade pode se configurar numa forte ferramenta para enfrentar as ameaças iminentes de doenças emergentes. As "nano-vacinas" foram apresentadas no 247º Encontro Nacional da Sociedade Química Americana (ACS, na sigla em inglês) – a maior sociedade científica do mundo.

Asteroide com anéis – Pesquisadores do Observatório Nacional descobriram que Chariklo, um asteroide de 250 km de diâmetro e que vive entre as órbitas de Saturno e Urano, é o primeiro objeto "não planeta" com anéis descoberto até agora no sistema solar. Um estudo internacional liderado pelos brasileiros foi publicado na última edição da revista *Nature*. A descoberta de anéis ao redor do pequeno Chariklo foi uma surpresa para os próprios pesquisadores. Até agora, acreditava-se que apenas os quatro planetas gigantes tinham anéis. Os mais famosos e espetaculares são os de Saturno, mas Júpiter, Urano e Netuno também possuem anéis, ainda que de menor proporção e bem menos brilhantes (a ponto de serem "invisíveis" em algumas fotos). Felipe Braga Ribas, pós-doutorando do ON, planejou e coordenou a campanha de observação do asteroide.

Agenda científica

Encontros científicos

XXIV Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras. Realizado pela Anprotec, o evento será realizado em Belém (PA) no período de 22 a 26 de setembro. Em breve, estarão abertas as inscrições. Nesta edição, a novidade são as inscrições por "trilhas", pacotes com programação pré-definida e preços promocionais, voltados para os diferentes públicos do evento - Empreendedores, Parques e Incubadoras. Na primeira fase, que vai até o dia 30 de abril, estarão abertas as inscrições em trilha, com os maiores descontos. Mais informações estão disponíveis em <http://anprotec.org.br>

Latin American Summit Meeting on Biological Crystallography and Complementary Methods - Estão abertas as inscrições, até dia 30 de abril, para um dos mais importantes encontros sobre cristalografia de macromoléculas biológicas de 2014, que será realizado entre os dias 22 e 24 de setembro, no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas (SP). A reunião de cúpula latino-americana faz parte da programação oficial do Ano Internacional da Cristalografia (IYCr2014). O evento também selecionará 50 pesquisadores e estudantes para participar da reunião. Os interessados devem realizar pré-inscrição até o dia 30 de abril, no site <http://pages.cnpem.br/iycr2014-lasummit/>. Mais informações sobre o IYCr2014 no site www.iycr2014.org

24º Congresso Brasileiro de Engenharia Biomédica (CBEB) - Pela primeira vez, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) sediará o evento científico, um dos maiores da área na América Latina. Acontecerá de 13 a 17 de outubro, com o tema central "A Engenharia Biomédica como propulsora de desenvolvimento e inovação tecnológica em saúde". As inscrições deverão ser feitas a partir do dia 3 de março no site <http://cbeb.org.br>

Carreiras e oportunidades

Universidade do Estado da Bahia (Uneb) - A pró-reitoria de pós-graduação abrirá inscrições para seleção de bolsistas de Iniciação Científica dos programas da UNEB, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). As inscrições podem ser realizadas até 10 de abril no site www.ppg.uneb.br e os documentos exigidos no edital devem ser encaminhados para o Núcleo de Pesquisa e Extensão (Nupe) de cada departamento.

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - A pró-reitoria de pós-graduação abrirá inscrições para seleção de bolsistas de Iniciação Científica dos programas da UNEB, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). As inscrições podem ser realizadas até 10 de abril no site www.ppg.uneb.br e os documentos exigidos no edital devem ser encaminhados para o Núcleo de Pesquisa e Extensão (Nupe) de cada departamento.

Tome Ciência

Exibido em diversas emissoras com variadas alternativas de horários, o programa promove debates sobre temas da atualidade com cientistas de diferentes especialidades. Horários e emissoras podem ser conferidos na página www.tomeciencia.com.br. A seguir, alguns dos próximos temas:

O uso de animais para salvar vidas humanas - De 29 de março a 4 de abril - Especialistas farão debate abordando a chamada Lei Arouca (2008) em um momento de discussão sobre a questão ética na utilização animal para pesquisas em células tronco e experiências de desenvolvimento celular fora do corpo, por exemplo. Participam Marcelo Morales, secretário da SBPC no Rio de Janeiro, presidente da Federação Latino-Americana de Sociedades de Biofísica e coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), criado pela Lei Arouca; e Rita Leal Paixão, professora e diretora do Instituto Biomédico da Universidade Federal Fluminense (UFF), dentre outros.

Ciência & Cultura - De 5 a 11 de abril - Especialistas analisaram a relação entre ciência e cultura, nesses tempos em que a tecnologia - que é a aplicação prática da ciência - muda hábitos, costumes, maneiras de ser e de pensar. Dentre os participantes, estão Tania Cremonini de Araújo Jorge, médica, com doutorado em biofísica e pós-doutorado no exterior e professora e diretora do Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz); Roberto Kant Lima, professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Gama Filho; e Henrique Antoun, professor e diretor do Departamento de Fundamentos da Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Livros & Revistas

A Ditadura que o Inglês Viu - O livro do jornalista Geraldo Cantarino reúne documentos sigilosos guardados no arquivo oficial do Reino Unido, em Londres, que revelam a visão britânica dos primeiros 15 anos da ditadura no Brasil. Telegramas, cartas e relatórios mostram como diplomatas britânicos no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília viram, reportaram e comentaram os acontecimentos mais marcantes do país, do golpe civil-militar de 1964 ao processo de abertura política em 1979. A publicação mostra como os seis embaixadores, que atuaram no Brasil nesse período, acompanharam a evolução do regime militar sob o ponto de vista dos interesses britânicos. Editora Mauad X.

Cruzando Culturas sem Ser Atropelado - Gestão transcultural para um mundo globalizado - O mundo agora perdeu as fronteiras. Empresas aportam nos mais diferentes países e levam consigo seus executivos e suas culturas para defrontarem com os colaboradores regionais. Como adequar a cultura de uma corporação para as diferentes culturas dos diferentes países do mundo? O livro de Fernando Lanzer quer oferecer ao leitor uma perspectiva das diferenças culturais na gestão de pessoas e negócios, de forma prática e divertida. Editora Évora.

A Forma-Formante - Ensaios com Joaquim Cardozo - A publicação de Manoel Ricardo de Lima é um dos resultados da pesquisa de pós-doutoramento realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O autor, que atualmente leciona na Escola de Letras da Unirio (RJ), faz um resgate da vida e obra de Joaquim Cardozo, "uma referência quase esquecida do modernismo brasileiro". Engenheiro calculista, o poeta foi parceiro de Oscar Niemeyer no projeto da Pampulha-MG e na construção de Brasília. Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (EdUFSC).

Pensando a História: Reflexões sobre as possibilidades de se escrever a História através de perspectivas interdisciplinares - A obra reúne algumas experiências de pesquisa em História e áreas afins, com o propósito de ampliar os limites da disciplina e abrir novas possibilidades de investigação e diálogo interdisciplinar. As organizadoras são Jacqueline Lima, Angela Roberti, Edna Santos. A publicação contou com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Editora: Letra Capital.

Goiás lança o I Prêmio de Popularização da Ciência

A formação deve atrair estudantes do estado

Viviane Monteiro

Com intuito de estimular mais o conhecimento em Goiás, a comunidade científica local lançou o I Prêmio de Popularização da Ciência – 2014, dedicado a estudantes de graduação e de pós-graduação.

Desenvolvido pela Secretaria Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de Goiás, a iniciativa representa reconhecimento e um alento aos trabalhos de estudantes de graduação e de pós-graduação do estado. A ideia é contribuir com o processo de popularização da ciência nas universidades públicas e privadas do estado. As inscrições podem ser feitas até 15 de maio.

O prêmio contempla seis áreas científicas: Exatas e da Terra, Biológicas, da Saúde, Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística, Letras e Artes, segundo o secretário regional da SBPC, em Goiás, Reginaldo Nassar Ferreira, que é professor do Instituto de Ciências Biológicas, da Universidade Federal de Goiás (ICB/UFGo).

Até agora, a comissão organizadora do prêmio recebeu 41 trabalhos inscritos. A expectativa de Reginaldo Nassar, como é mais conhecido, é receber entre 60 e 100 inscritos até o último dia das inscrições.

Conforme Nassar, alunos de graduação e de pós-graduação podem inscrever trabalhos de conclusão de curso, de mestrado e doutorado. Além disso, as inscrições estão abertas para trabalhos já concluídos, no período de um ano, no máximo.

Premiação - Os quatro melhores trabalhos de cada área científica serão publicados em um livro no fim do concurso. No total, serão selecionados 24 trabalhos para essa publicação. Já para o melhor trabalho de cada uma das seis áreas científicas será concedido um *tablet*. O resultado do processo seletivo realizado pela comissão julgadora do I Prêmio de Popularização da Ciência – 2014 será divulgado entre o fim deste semestre ou no início do segundo semestre.

Essa premiação foi lançada no 6º Fórum de Ciência e Tecno-

JORNAL da CIÊNCIA

PUBLICAÇÃO DA SBPC • 28 DE MARÇO DE 2014 • ANO XXVIII Nº 755

logia do Cerrado, realizado nos dias 3 e 4 de dezembro último, com a perspectiva de estimular ainda mais o conhecimento científico de Goiás, o estado mais populoso do Centro-Oeste.

Produção científica de Goiás - Hoje a produção científica de Goiás – medida pela quantidade de trabalhos acadêmicos publicados em periódicos especializados – é proporcional ao número de habitantes. O estado responde por 3% a 5% da produção científica nacional, ao passo que o número de habitantes foi estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano passado em 6,434 milhões, número correspondente a 3,2% da população nacional.

Conforme observa Nassar, o lançamento do I Prêmio de Popularização da Ciência-2014 pode estimular ainda mais a produção científica local. Além disso, a iniciativa pode ser estendida para outras regiões do país onde existem secretarias regionais da SBPC.

“Essa é apenas uma sementinha que pode crescer.” O se-

cretário regional da SBPC trabalha com a possibilidade de a premiação se repetir todos os anos no estado goiano.

CT&I para o desenvolvimento econômico e social - Seguindo a tendência de outros especialistas, Nassar avalia que a área de ciência, tecnologia e inovação constitui, nesta atual conjuntura, o tripé para o desenvolvimento econômico e social. Por isso, destaca a importância da popularização da área científica.

Para atingir o pleno desenvolvimento econômico e social, entretanto, Nassar entende que o Brasil precisa superar o desafio de descentralizar a produção científica e a democratização do acesso aos saberes e aos conhecimentos, hoje mais concentrados na região Sudeste do país – avalia Nassar.

“Esses, entre outros motivos, tornam a popularização da ciência e do conhecimento elementos imprescindíveis ao desenvolvimento de qualquer país.”

As informações sobre inscrições e o regulamento estão disponíveis em www.sbpccoias.org

Parque Nacional Serra da Capivara sofre com falta de recursos

Considerado pela Unesco com um dos mais bem estruturados do mundo, o Parque sofre com a falta de recursos

Camila Cotta

O Parque Nacional Serra da Capivara é uma unidade de conservação brasileira de proteção integral à natureza localizada nos municípios piauienses de Canto do Buriti, Coronel José Dias, São João do Piauí e São Raimundo Nonato. Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a região tem vestígios da presença humana com até 100 mil anos.

Ocupando uma área de mais de 100 mil hectares, abriga centenas de sítios arqueológicos. Apesar de sua importância, o parque sofre com a falta de recursos financeiros para a sua manutenção. “Em 1992 tínhamos 270 funcionários cuidando do ambiente. Hoje, temos 86 e grande parte deles cumpre aviso prévio”, lamenta Niède Guidon, arqueóloga que comanda o parque por meio da Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm).

A arqueóloga vem lutando para conseguir apoio financeiro regular para que o sítio passe a ser um destino turístico de peso e possa manter a qualidade na conservação. Por ser uma unidade de conservação, o parque é gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

(ICMBio), órgão do Ministério do Meio Ambiente. Fora o orçamento fixo do ICMBio, o parque tinha como renda repasses esporádicos e eventuais parcerias firmadas entre a Fumdhm e outras instituições, como a Petrobras.

“Posso dizer que a situação está terrível. Não há parcerias e nem recursos para o pagamento de funcionários e fiscais, apenas para as pesquisas”, conta Guidon. Ela acrescenta que a Finep, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) continuam repassando recursos para os estudos no local.

Com algumas guaritas sem fiscais, o parque, que tem uma área de 240km², tornou-se rota fácil para traficantes de drogas que desfilam por lá com a mesma desenvoltura e naturalidade das capivaras. “Para manter toda a estrutura do parque funcionando, seriam precisos pelo menos cerca de 300 funcionários e 40 mil reais por mês. A União está cometendo um crime contra a cultura pré-histórica do mundo e contra o povo do Piauí”, frisou.

Com a dificuldade enfrentada pela Fundação em conseguir novas verbas, há uma queda expressiva da qualidade do serviço

de proteção dos sítios arqueológicos, incluindo a flora típica da Caatinga, um ecossistema exclusivamente brasileiro. Em três desses sítios abertos à visitação, é possível encontrar vestígios antigos de presença humana.

Dificuldades - Outro entrave para se tornar um polo atrativo para os turistas é sua distância dos aeroportos e a qualidade das estradas. O parque está localizado no sudeste do estado do Piauí, a 540 quilômetros da capital estadual, Teresina, e a 300 quilômetros de Petrolina, em Pernambuco. “A lentidão nas obras do aeroporto – que começaram ainda em 1998 – e o estado de conservação das estradas fazem com que o fluxo de turistas, que gira em torno dos 20 mil por ano, esteja aquém da capacidade do parque”, ressalta Guidon.

Museu da Natureza - Mesmo assim, a luta da arqueóloga pelo parque continua. Por isso permanece firme e confiante, trabalhando em torno da construção de mais um museu natural na região – o Museu da Natureza. “Este local será de extrema importância para a população, que vai entender como tudo isso se formou há milhares de anos”, justifica a arqueóloga.

A expectativa da arqueóloga

é que em junho comecem as obras do Museu e que até 2015 ele seja inaugurado. “Estamos finalizando o projeto. O museu será um centro histórico como nunca se viu. Os visitantes entrarão em um mar e sairão na Caatinga”, diz entusiasmada.

O Museu, que tem orçamento de R\$ 13,7 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), abrigará uma coleção de fósseis da macrofauna que ocupava a região e que sobreviveu às mudanças climáticas ocorridas há cerca de 10 mil anos. Alguns desses fósseis são de espécies descobertas na região, enquanto outros são de animais que hoje só existem na Floresta Amazônica.

Com dois pavimentos e uma área construída total de 4 mil m², o Museu da Natureza terá espaço de exposição, restaurante, auditório, lojas, área reservada ao acervo, instalações administrativas e sanitários.

Além dos objetos expostos, serão usados recursos de animação, fotografias, perspectivas digitais e interatividade, assim como projetores, computadores, sensores, telas de cristal líquido e plasma, instrumentos interativos, redes, sonorização, iluminação e sistemas de automação.